



EDITAL			
PREGÃO ELETRÔNICO nº 121/2024		Data de abertura: 18/12/2024 às 09:00 hs no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br	
Processo Administrativo nº 11.756/2024	SRP? ()Sim (X)Não	Exclusiva ME/EPP? (X)Sim ()Não	Reserva de quota ME/EPP? ()Sim (X)Não
Objeto: Aquisição de 84 (oitenta e quatro) livros de títulos diversos, com quantidades variadas de cada um deles, para atender às demandas do NUPRER, visando dar suporte teórico aos técnicos da Secretaria de Educação na implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.		Marca/Modelo ()Sim (X)Não	Margem de preferência? ()Sim (X)Não
Valor total estimado R\$ 6.839,63 (seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos).		Vistoria? () Obrigatória () Facultativa (X) Não se aplica	Amostra/Demonstração? ()Sim (X)Não
Prazo para envio da proposta/documentação: No mínimo, 2 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.			
Pedidos de esclarecimento até 13/12/2024 para o endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br		Impugnações até 13/12/2024 para o endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Prefeitura de Juiz de Fora – MG pelo endereço www.portaldecompraspublicas.com.br , selecionando as opções Pesquisa de Processos > Objeto > Processo > Órgão > Pregões . O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras Públicas e também no endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/outras_anos.php .			

Referência para elaboração das propostas. **Anexo I**



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 121/2024 - SE
(EXCLUSIVO PARA ME E EPP)

O Município de Juiz de Fora - MG, por meio da Secretaria de Educação - SE, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, modo de disputa ABERTO**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** para o objeto devidamente descrito, caracterizado e especificado no Termo de Referência, na forma da lei.

A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

A sessão pública do Pregão Eletrônico ocorrerá no dia 18/12/2024 às 09:00 hs, horário de Brasília – DF, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de 84 (oitenta e quatro) livros de títulos diversos, com quantidades variadas de cada um deles, para atender às demandas do NUPRER, visando dar suporte teórico aos técnicos da Secretaria de Educação na implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008**, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, **Anexo A**.

1.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência (Anexo A), assim como todas as especificações neste contidas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária nº:

Dotação Orçamentária: 12.122.0007.2004.0000

Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 1.5.00.009804

Emenda Parlamentar Municipal 10648





2.2. O valor total estimado para a licitação é de **R\$ 6.839,63** (seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos).

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço por item**.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação todas as microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

4.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem 10.6.7.

4.3. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Unidade Requisitante, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do objeto;

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da aquisição.

4.3.1. As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Unidade Requisitante para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da aquisição, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

4.3.2. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Unidade Requisitante e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.



4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO, a licitante assinalará **“SIM”** ou **“NÃO”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **DECLARAÇÕES**:

4.4.1. Que declara que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital. (Declaração de conhecimento do Edital)

4.4.2. Que declara cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado de Previdência Social. (Declaração de reserva de cargos)

4.4.3. Que sob pena de desclassificação, declara que as suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Declaração de proposta econômica)

4.4.4. Que declara para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. (Declaração de Não-Emprego de menores)

4.4.5. Que declara não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. (Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante)

4.4.6. Que declara, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserve de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade prevista na legislação. (Declaração de Acessibilidade)

4.4.7. Que declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Declaração de Inexistência de Fato Superveniente)

4.4.8. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.4.8.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º

escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

4.6. Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

4.7. Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

4.8. Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Não poderão disputar licitação, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.10. Não poderão participar da licitação as pessoas físicas e jurídicas que se encontrarem em débito com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5.546/1978).

4.11. Não poderão disputar licitação, direta ou indiretamente, que se enquadrem nas demais disposições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.12. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

4.12.1. A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

4.13. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras Públicas que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão em sua forma eletrônica.

5.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.



5.1.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

5.2. O cadastro deverá ser feito pelo licitante no Portal de Compras Públicas, acessando o endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.3.1. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. As propostas de preço serão ofertadas com base no **menor preço por item** do objeto licitado.

6.2. O envio de proposta, assim como dos documentos de habilitação, quando solicitados, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.2.1. O envio da proposta, como também o último lance oferecido a ser convertido em proposta final mediante solicitação do pregoeiro, vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.2.2. O licitante melhor classificado deverá apresentar a documentação de habilitação em campo próprio no sistema, a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. O Pregoeiro não poderá estabelecer prazo inferior a **2 (duas) horas** para a apresentação da documentação.

6.3. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário estabelecido.



6.3.1. Os documentos que compõem a proposta licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.3.2. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital.

6.3.3. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

6.4. No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da LICITANTE VENCEDORA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

6.5. O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

6.5.1. O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

6.6. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

6.7. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

6.8. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Unidade Requisitante em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

6.9. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10. A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

6.10.1. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte **conduzirá** ao seu afastamento da licitação.



6.10.2. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de processamento do certame, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário do item;

7.1.2. Marca, quando for o caso;

7.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência de elaboração e deliberação da Unidade Gestora Requisitante, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** No caso de diligência, será disponibilizado no sistema um campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico de processamento do certame, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 8.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser indicado pelo pregoeiro.
- 8.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema de processamento do certame, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- 8.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, podendo ser auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances na seguinte forma:
- 8.13.1.** Na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- 8.13.2.** Na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 8.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem dos subitens anteriores.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na ordem do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20.2. Para fins do item **8.20.1**, o Pregoeiro poderá abrir diligências para solicitar a documentação dos licitantes empatados, nos moldes do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Após o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

8.21.1. A negociação mencionada no item anterior poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

8.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA



9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Constatada a existência de sanção, nos moldes legais, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. Contiver vícios insanáveis;

9.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item **9.8**, só será considerada após diligência, provocada pelo Pregoeiro ao setor técnico adequado, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



10. DA HABILITAÇÃO

10.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
- c) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- d) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- e) Documentação relativa à qualificação técnica.

10.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

10.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

10.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

10.1.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

10.1.2. Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens do item 4.20 deste Edital.

10.2. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

10.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, **90 (noventa) dias**, contados até a data da realização da licitação.

10.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item **10.4**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

10.6. Da Habilitação Jurídica:

10.6.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;



10.6.2. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

10.6.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

10.6.3.1. A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

10.6.4. A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

10.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.6.6. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

10.6.7. As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

10.6.7.1. Ato constitutivo;

10.6.7.2. Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

10.6.7.3. Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

10.6.7.4. Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

10.6.7.5. Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

10.6.7.6. Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

10.6.7.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

10.7. Da Habilitação Econômica-Financeira:

10.7.1. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.





10.7.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

10.7.2.1. Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)

ILG maior ou igual a 1(um)

10.7.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado pelo órgão responsável.

10.7.3.1. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.7.3.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

10.7.4. O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

10.7.4.1. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico–financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021. **OBS: O dispositivo admite que não seja exigido tal acréscimo mediante justificativa, que deve ser apresentada pelo órgão ou entidade promotora da licitação.**

10.7.5. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

10.7.5.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

10.7.5.2. A ausência da certidão negativa de falências não deve implicar na imediata inabilitação do licitante, devendo o pregoeiro ou a comissão de licitação atestar a capacidade econômico-financeira do licitante por meio de diligências.

10.8. Da Habilitação Fiscal:

10.8.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

10.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

10.8.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.8.5.1. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

10.8.5.1.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

10.8.6. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

10.8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.8.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;



10.8.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.8.8.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. Documentação relativa à habilitação social e trabalhista:

10.9.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à licitante vencedora, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Licitante Vencedora.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DO RECURSO



12.1. Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

12.2. As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.3. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

12.4. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.4.1. Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

12.7. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

13.1. Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente da Unidade Requisitante poderá adotar uma das medidas previstas no art. 71 da Lei 14.133.

13.2. Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. O fornecimento dos bens será solicitado pela UNIDADE REQUISITANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Município ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do instrumento equivalente.

13.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Unidade Requisitante.





13.4. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o instrumento equivalente, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

13.5. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

13.6. A ADJUDICATÁRIA será responsável, na forma do instrumento equivalente pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

13.6.1. A ocorrência de desconformidade implicará na substituição dos materiais recusados, por outro, que será substituído, sem ônus para a Unidade Requisitante e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.7. A ADJUDICATÁRIA será também responsável, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da aquisição, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

13.8. No momento da assinatura do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

13.9. Requisitos Diversos

- a) As empresas que fornecerão os livros aqui já descritos devem assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, respeitando prazos e local de entrega.
- b) Todo o material deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a Emenda Parlamentar Municipal e prazo de garantia.
- c) É de responsabilidade das empresas contratadas substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo acordado, os objetos entregues que não atenderem ao descrito no contrato e que tenham avarias ou defeitos.
- d) Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

14.1. Observado o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2014, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados por fiscal designado lotado na Unidade Requisitante e demais regramentos previstos no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 10 do Anexo A)**

15. DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



15.1. As regras sobre entrega e critério de aceitação do objeto constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 8 do Anexo A)**

15.2. A contratação será formalizada nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

15.3. O prazo de entrega do material será de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato ou de outro documento que o substitua, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

15.4. Garantia, manutenção e assistência técnica

15.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a não ser que tenha sido especificado um prazo diferente no Anexo A.

15.5. Recebimento do Objeto

15.5.1. O material deverá ser entregue no endereço especificado no contrato ou em outro documento que o substitua.

15.5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.5.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.5.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. Da Unidade Requisitante:

16.1.1. As regras sobre as obrigações da Unidade Requisitante constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 7.3 do Anexo A)**

16.1.2. A Secretaria de Educação, através do NUPRER, ficará responsável por comunicar aos técnicos que utilizarão os livros sobre o destino final dos mesmos, evitando que haja extravio ou mau uso do material por parte dos servidores da entidade ou órgão público, cumprindo requisitos de sustentabilidade e minimizando os impactos ambientais.



16.1.3. A SE deve orientar os profissionais de seus setores internos para que, após o recebimento dos livros, eles sejam catalogados e acrescentados ao acervo do NUPRER, na SE, para consultas futuras.

16.1.4. A SE também deve orientar que, se em algum momento, o material perder a utilidade, ficar obsoleto ou não for possível de ser utilizado, ele deverá ser encaminhado para reciclagem, minimizando os impactos ambientais.

16.2. Da licitante vencedora:

16.2.1. Respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos no Termo de Referência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A recusa da adjudicatária em assinar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 13.4, sujeitando-a às penalidades previstas em lei e no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 11 do Anexo A)**

17.1.1. As regras sobre as sanções administrativas são aquelas impostas por lei e constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital.**

17.2. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.2. As regras sobre pagamento constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 9 do Anexo A)**

18.2. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na aquisição, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista.

18.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Vencedora não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Unidade Requisitante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



I =

(TX/100)

365

EM= I

x N x VP

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

18.3.1.

Para a hipótese definida no item anterior, a Licitante Vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

19.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

19.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame, desde que a alteração não comprometa a formulação das propostas.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por aquele que tem poderes de representação com login e senha no sistema de operacionalização do certame.



20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.9.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.11.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

20.12. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.



20.13. Fica eleito o Foro do Município de Juiz de Fora - MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

20.14. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a Subsecretaria de Licitações e Compras pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

20.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela Subsecretaria de Licitações e Compras, obedecida a legislação vigente.

20.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

20.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo A - Termo de Referência;

Anexo I – Planilha Média de Preços e Especificação Detalhada;

Anexo B – Estudo Técnico Preliminar.

Juiz de Fora-MG, data da assinatura eletrônica,

(GESTOR DA UNIDADE REQUISITANTE)



PREGÃO ELETRÔNICO nº 121/2024 – SE

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria de Educação

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO - OBJETO

2.1. Aquisição de 84 (oitenta e quatro) livros de títulos diversos, com quantidades variadas de cada um deles, para atender às demandas do NUPRER, visando dar suporte teórico aos técnicos da Secretaria de Educação na implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	QUANT.	TITULOS	MÉDIA	TOTAL
1	2	Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social	R\$ 56,90	R\$ 113,80
2	2	Como racismo criou o Brasil	R\$ 56,90	R\$ 113,80
3	1	Lugar de negro	R\$ 90,70	R\$ 90,70
4	2	Rediscutindo a mestiçagem no Brasil	R\$ 56,81	R\$ 113,62
5	2	Negritude: usos e sentidos	R\$ 52,15	R\$ 104,30
6	1	O negro no Brasil de hoje	R\$ 122,55	R\$ 122,55
7	2	Negritudes: diálogos com o pensamento	R\$ 71,16	R\$ 142,31
8	2	O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação	R\$ 47,50	R\$ 95,00
9	2	Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa	R\$ 59,30	R\$ 118,60
10	2	Caminhos trilhados na luta antirracistas	R\$ 47,30	R\$ 94,60
11	2	O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado	R\$ 66,41	R\$ 132,81
12	2	A deseducação do negro	R\$ 35,05	R\$ 70,10
13	2	Ações afirmativas - Perspectivas de pesquisas: Perspectivas de pesquisas de estudantes	R\$ 45,00	R\$ 90,00
14	2	Olhares negros: raça e representação	R\$ 62,70	R\$ 125,40
15	2	O pacto da branquitude	R\$ 47,40	R\$ 94,80
16	2	O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional	R\$ 57,00	R\$ 114,00
17	2	Uma história feita por mãos negras	R\$ 74,90	R\$ 149,80
18	2	Como ser um educador antirracista: para familiares e professores	R\$ 50,26	R\$ 100,52



19	2	A questão étnico-racial na formação de professores: análise de currículos	R\$ 48,00	R\$ 96,00
20	2	Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e plarização racial no Brasil	R\$ 37,05	R\$ 74,10
21	2	Memórias da planatação: episódios de racismo cotidiano	R\$ 72,20	R\$ 144,40
22	2	Retratos do Brasil negro	R\$ 35,10	R\$ 70,20
23	2	As Almas do povo negro	R\$ 61,66	R\$ 123,31
24	2	Quem quer (pode) ser negro no Brasil?	R\$ 52,15	R\$ 104,30
25	2	Pequeno manual antirracista	R\$ 47,40	R\$ 94,80
26	2	Então você quer conversar sobre raça	R\$ 56,91	R\$ 113,81
27	2	Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade	R\$ 54,65	R\$ 109,30
28	1	De passinho em passinho: um livro para dançar e sonhar	R\$ 49,90	R\$ 49,90
29	1	Caderno sem rimas da Maria	R\$ 37,05	R\$ 37,05
30	1	O pequeno príncipe preto	R\$ 36,40	R\$ 36,40
31	1	Sábado	R\$ 61,66	R\$ 61,66
32	1	A cor de Coraline	R\$ 71,16	R\$ 71,16
33	1	Da minha janela	R\$ 47,41	R\$ 47,41
34	1	Grande circo favela	R\$ 54,90	R\$ 54,90
35	1	Amoras	R\$ 42,65	R\$ 42,65
36	1	E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas	R\$ 44,90	R\$ 44,90
37	1	Bucala: a princesa do quilombo de Cabula	R\$ 42,00	R\$ 42,00
38	1	Flávia e o bolo de chocolate	R\$ 66,40	R\$ 66,40
39	1	O cabelo de Lelê	R\$ 65,40	R\$ 65,40
40	1	Meu crespo é de rainha	R\$ 45,95	R\$ 45,95
41	1	Amor de cabelo	R\$ 66,40	R\$ 66,40
42	1	Amigo do rei	R\$ 77,90	R\$ 77,90
43	1	Meninas Negras	R\$ 32,00	R\$ 32,00
44	1	Com qual penteado eu vou?	R\$ 53,20	R\$ 53,20
45	1	Obax	R\$ 61,65	R\$ 61,65
46	1	Princesas Negras	R\$ 36,90	R\$ 36,90
47	1	Tá na hora do papá	R\$ 75,90	R\$ 75,90
48	1	Não derrame o leite!	R\$ 56,90	R\$ 56,90
49	1	Escola de chuva	R\$ 56,90	R\$ 56,90
50	1	Minha mãe é negra sim!	R\$ 32,00	R\$ 32,00
51	1	Letras de carvão	R\$ 54,50	R\$ 54,50
52	1	Chuva de manga	R\$ 56,90	R\$ 56,90
53	1	A África que você fala	R\$ 76,00	R\$ 76,00
54	1	Da cor que eu sou	R\$ 82,90	R\$ 82,90
55	2	Pequenas grandes líderes: Mulheres importantes da história negra	R\$ 66,40	R\$ 132,80
56	2	O pente penteia	R\$ 32,00	R\$ 64,00
57	2	Ei, você!: Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro	R\$ 64,90	R\$ 129,80
58	2	Koumba e o Tambor Diamba	R\$ 32,00	R\$ 64,00
59	2	Os tesouros de Monifa	R\$ 56,90	R\$ 113,80
60	2	Sulwe	R\$ 77,40	R\$ 154,80
61	2	Meu primeiro livro dos porquês – O que é racismo?	R\$ 67,40	R\$ 134,80
62	2	Antônia e os Cabelos que Carregavam os Segredos do	R\$ 44,00	R\$ 88,00



		Universo		
63	2	Nossas cores	R\$ 53,90	R\$ 107,80
64	1	O que é interseccionalidade	R\$ 40,00	R\$ 40,00
65	1	O Perigo de uma História Única	R\$ 44,90	R\$ 44,90
66	1	Hibisco Roxo	R\$ 70,90	R\$ 70,90
67	1	O Local da Cultura	R\$ 89,00	R\$ 89,00
68	1	O que faz o brasil, Brasil?	R\$ 42,65	R\$ 42,65
69	1	Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior	R\$ 47,85	R\$ 47,85
70	1	Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil	R\$ 37,90	R\$ 37,90
71	1	Mulheres, raça e classe	R\$ 64,05	R\$ 64,05
72	1	Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia	R\$ 72,00	R\$ 72,00
73	1	Pureza e perigo	R\$ 73,38	R\$ 73,38
74	1	Pele negra, máscaras brancas	R\$ 66,40	R\$ 66,40
75	1	Becos da memória	R\$ 40,85	R\$ 40,85
76	1	A interpretação das culturas	R\$ 171,00	R\$ 171,00
77	1	Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa	R\$ 63,15	R\$ 63,15
78	1	O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência	R\$ 91,20	R\$ 91,20
79	1	Racismo e Anti-Racismo no Brasil	R\$ 68,30	R\$ 68,30
80	1	Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais	R\$ 65,00	R\$ 65,00
81	1	A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero	R\$ 76,95	R\$ 76,95
82	1	Mulher negra: afetividade e solidão	R\$ 112,00	R\$ 112,00
83	1	Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais	R\$ 57,00	R\$ 57,00
84	1	Pode o subalterno falar?	R\$ 52,55	R\$ 52,55
			R\$ 6.839,63	

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto do Executivo 15635/2022.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que o objeto da contratação possui padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações de mercado, de acordo com o que preconiza a nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021.

2.4. O prazo de entrega do material será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato ou de outro documento que o substitua.



2.5. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que a entrega dos objetos será realizada de uma única vez, suprimindo a necessidade da administração, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

3. JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência: **I – Diagnóstico da Situação Atual / 1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.**

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência: **III – Detalhamento da Solução Escolhida / 1. Descrição da solução como um todo.**

5. ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA DESPESAS

5.1. Estima-se que o montante dos gastos com as aquisições será de **R\$ 6.839,63** (seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), haja vista a estimativa de gastos apontada na tabela do item **2.1** deste documento.

5.2. A despesa com os objetos em questão correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Orçamentária: 12.122.0007.2004.0000

Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 1.5.00.009804





Emenda Parlamentar Municipal 10648

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

6.1.2. As exigências de Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista encontrar-se-ão dispostas em edital, sendo aquelas dispostas nos limites da Lei 14.133/2021.

6.2. Qualificação Técnica

6.2.1. Documentação:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- b) Registro da empresa na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) junto à Receita Federal.
- c) Prova de regularidade e registro de funcionários perante a Justiça do Trabalho / Ministério do Trabalho e Emprego, cumprindo as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, como FGTS.
- d) Cópia do contrato social;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Débitos Mobiliários) e Alvará de funcionamento;
- g) Prova de regularidade dos impostos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quando aplicável;
- h) Cumprir as obrigações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos seus clientes e colaboradores.





7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1.1. Será necessário adquirir 84 (oitenta e quatro) livros de títulos diversos, com quantidades variadas de cada um deles, para atender às demandas do NUPRER, visando dar suporte teórico aos técnicos da Secretaria de Educação na implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, utilizando a Emenda Parlamentar Municipal 10648, estimando-se o montante dos gastos em torno de **R\$6.839,63** (seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), conforme tabela apresentada no item **2.1** deste documento, respeitando as características descritas neste Termo de Referência.

7.2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO

7.2.1. Aquisição de livros diversos listados no item **2.1**, na modalidade Pregão eletrônico, de empresas que estejam aptas a realizarem os contratos com a Prefeitura de Juiz de Fora, garantindo o bom funcionamento das atividades do NUPRER da Secretaria de Educação. O material entregue deverá estar de acordo com o especificado no ETP, no Termo de Referência e no contrato a ser firmado.

7.2.2 Requisitos Diversos

- a) As empresas que fornecerão os livros aqui já descritos devem assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, respeitando prazos e local de entrega.
- b) Todo o material deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a Emenda Parlamentar Municipal e prazo de garantia.



- c) É de responsabilidade das empresas contratadas substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo acordado, os objetos entregues que não atenderem ao descrito no contrato e que tenham avarias ou defeitos.
- d) Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

7.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.3.1. A Secretaria de Educação, através do NUPRER, ficará responsável por comunicar aos técnicos que utilizarão os livros sobre o destino final dos mesmos, evitando que haja extravio ou mau uso do material por parte dos servidores da entidade ou órgão público, cumprindo requisitos de sustentabilidade e minimizando os impactos ambientais.

7.3.2. A SE deve orientar os profissionais de seus setores internos para que, após o recebimento dos livros, eles sejam catalogados e acrescentados ao acervo do NUPRER, na SE, para consultas futuras.

7.3.3. A SE também deve orientar que, se em algum momento, o material perder a utilidade, ficar obsoleto ou não for possível de ser utilizado, ele deverá ser encaminhado para reciclagem, minimizando os impactos ambientais.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. A contratação será formalizada nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

8.2. O prazo de entrega do material será de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato ou de outro documento que o substitua, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.



8.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

8.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a não ser que tenha sido especificado um prazo diferente neste Termo de Referência.

8.4. Recebimento do Objeto

8.4.1. O material deverá ser entregue no endereço especificado no contrato ou em outro documento que o substitua.

8.4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a data de apresentação da competente nota fiscal/fatura e será efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da Vencedora, através de



ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA CORRENTE: _____

LOCALIDADE: _____

9.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e deverá ser solicitada pelo Gestor do Contrato, após apresentação de atestado de fiscalização emitido por servidor lotado na Unidade Requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

9.3. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

9.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências previstas, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Vencedora, das penalidades previstas.

9.5. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Vencedora, por força da contratação.

9.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem anterior, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

9.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreções, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.



9.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Unidade Requisitante, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100}$$
$$365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

9.9. Para a hipótese definida no subitem anterior, a Vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.





10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições ali estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

11. PENALIDADES

11.1. De acordo o Art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou o contratado poderá ser responsabilizado administrativamente, caso venha a cometer alguma das infrações a seguir:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;



- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado as penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo próprio, nos termos da Lei 14.133/2021.







PREGÃO ELETRÔNICO nº 121/2024 – SE

ANEXO I

PLANILHA MÉDIA DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA

ITEM	QUANT.	TITULOS	MÉDIA	TOTAL
1	2	Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em asceensão social	R\$ 56,90	R\$ 113,80
2	2	Como racismo criou o Brasil	R\$ 56,90	R\$ 113,80
3	1	Lugar de negro	R\$ 90,70	R\$ 90,70
4	2	Rediscutindo a mestiçagem no Brasil	R\$ 56,81	R\$ 113,62
5	2	Negritude: usos e sentidos	R\$ 52,15	R\$ 104,30
6	1	O negro no Brasil de hoje	R\$ 122,55	R\$ 122,55
7	2	Negritudes: diálogos com o pensamento	R\$ 71,16	R\$ 142,31
8	2	O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação	R\$ 47,50	R\$ 95,00
9	2	Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa	R\$ 59,30	R\$ 118,60
10	2	Caminhos trilhados na luta antirracistas	R\$ 47,30	R\$ 94,60
11	2	O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado	R\$ 66,41	R\$ 132,81
12	2	A deseducação do negro	R\$ 35,05	R\$ 70,10
13	2	Ações afirmativas - Perspectivas de pesquisas: Perspectivas de pesquisas de estudantes	R\$ 45,00	R\$ 90,00
14	2	Olhares negros: raça e representação	R\$ 62,70	R\$ 125,40
15	2	O pacto da branquitude	R\$ 47,40	R\$ 94,80
16	2	O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional	R\$ 57,00	R\$ 114,00
17	2	Uma história feita por mãos negras	R\$ 74,90	R\$ 149,80
18	2	Como ser um educador antirracista: para familiares e professores	R\$ 50,26	R\$ 100,51
19	2	A questão étnico-racial na formação de professores: análise de currículos	R\$ 48,00	R\$ 96,00
20	2	Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e plarização racial no Brasil	R\$ 37,05	R\$ 74,10
21	2	Memórias da planatação: episódios de racismo cotidiano	R\$ 72,20	R\$ 144,40
22	2	Retratos do Brasil negro	R\$ 35,10	R\$ 70,20
23	2	As Almas do povo negro	R\$ 61,66	R\$ 123,31
24	2	Quem quer (pode) ser negro no Brasil?	R\$ 52,15	R\$ 104,30
25	2	Pequeno manual antirracista	R\$ 47,40	R\$ 94,80
26	2	Então você quer conversar sobre raça	R\$ 56,91	R\$ 113,81
27	2	Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade	R\$ 54,65	R\$ 109,30
28	1	De passinho em passinho: um livro para dançar e sonhar	R\$ 49,90	R\$ 49,90
29	1	Caderno sem rimas da Maria	R\$ 37,05	R\$ 37,05
30	1	O pequeno príncipe preto	R\$ 36,40	R\$ 36,40
31	1	Sábado	R\$ 61,66	R\$ 61,66
32	1	A cor de Coraline	R\$ 71,16	R\$ 71,16
33	1	Da minha janela	R\$ 47,41	R\$ 47,41
34	1	Grande circo favela	R\$ 54,90	R\$ 54,90
35	1	Amoras	R\$ 42,65	R\$ 42,65



36	1	E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas	R\$ 44,90	R\$ 44,90
37	1	Bucala: a princesa do quilombo de Cabula	R\$ 42,00	R\$ 42,00
38	1	Flávia e o bolo de chocolate	R\$ 66,40	R\$ 66,40
39	1	O cabelo de Lele	R\$ 65,40	R\$ 65,40
40	1	Meu crespo é de rainha	R\$ 45,95	R\$ 45,95
41	1	Amor de cabelo	R\$ 66,40	R\$ 66,40
42	1	Amigo do rei	R\$ 77,90	R\$ 77,90
43	1	Meninas Negras	R\$ 32,00	R\$ 32,00
44	1	Com qual penteado eu vou?	R\$ 53,20	R\$ 53,20
45	1	Obax	R\$ 61,65	R\$ 61,65
46	1	Princesas Negras	R\$ 36,90	R\$ 36,90
47	1	Tá na hora do papá	R\$ 75,90	R\$ 75,90
48	1	Não derrame o leite!	R\$ 56,90	R\$ 56,90
49	1	Escola de chuva	R\$ 56,90	R\$ 56,90
50	1	Minha mãe é negra sim!	R\$ 32,00	R\$ 32,00
51	1	Letras de carvão	R\$ 54,50	R\$ 54,50
52	1	Chuva de manga	R\$ 56,90	R\$ 56,90
53	1	A África que você fala	R\$ 76,00	R\$ 76,00
54	1	Da cor que eu sou	R\$ 82,90	R\$ 82,90
55	2	Pequenas grandes líderes: Mulheres importantes da história negra	R\$ 66,40	R\$ 132,80
56	2	O pente penteia	R\$ 32,00	R\$ 64,00
57	2	Ei, você!: Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro	R\$ 64,90	R\$ 129,80
58	2	Koumba e o Tambor Diamba	R\$ 32,00	R\$ 64,00
59	2	Os tesouros de Monifa	R\$ 56,90	R\$ 113,80
60	2	Sulwe	R\$ 77,40	R\$ 154,80
61	2	Meu primeiro livro dos porquês – O que é racismo?	R\$ 67,40	R\$ 134,80
62	2	Antônia e os Cabelos que Carregavam os Segredos do Universo	R\$ 44,00	R\$ 88,00
63	2	Nossas cores	R\$ 53,90	R\$ 107,80
64	1	O que é interseccionalidade	R\$ 40,00	R\$ 40,00
65	1	O Perigo de uma História Única	R\$ 44,90	R\$ 44,90
66	1	Hibisco Roxo	R\$ 70,90	R\$ 70,90
67	1	O Local da Cultura	R\$ 89,00	R\$ 89,00
68	1	O que faz o Brasil, Brasil?	R\$ 42,65	R\$ 42,65
69	1	Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior	R\$ 47,85	R\$ 47,85
70	1	Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil	R\$ 37,90	R\$ 37,90
71	1	Mulheres, raça e classe	R\$ 64,05	R\$ 64,05
72	1	Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia	R\$ 72,00	R\$ 72,00
73	1	Pureza e perigo	R\$ 73,38	R\$ 73,38
74	1	Pele negra, máscaras brancas	R\$ 66,40	R\$ 66,40
75	1	Becos da memória	R\$ 40,85	R\$ 40,85
76	1	A interpretação das culturas	R\$ 171,00	R\$ 171,00
77	1	Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática	R\$ 63,15	R\$ 63,15



		educativa		
78	1	O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência	R\$ 91,20	R\$ 91,20
79	1	Racismo e Anti-Racismo no Brasil	R\$ 68,30	R\$ 68,30
80	1	Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais	R\$ 65,00	R\$ 65,00
81	1	A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero	R\$ 76,95	R\$ 76,95
82	1	Mulher negra: afetividade e solidão	R\$ 112,00	R\$ 112,00
83	1	Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais	R\$ 57,00	R\$ 57,00
84	1	Pode o subalterno falar?	R\$ 52,55	R\$ 52,55
			R\$ 6.839,63	

PREGÃO ELETRÔNICO nº 121/2024 – SE

ANEXO B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (ART. 5, I).

O Núcleo Permanente de Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação (NUPRER / SE) foi criado, em 03 (três) de março de 2023, buscando cumprir as exigências legais conferidas aos sistemas de ensino pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP 01/2004 e Parecer CNE/CP 003/2004. Art. 2º.

O Núcleo é composto por representantes dos vários departamentos da Secretaria de Educação/PJF e tem como objetivos:

“I - Apoiar as escolas para implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, através de ações colaborativas com os Fóruns de Educação para a Diversidade Etnicorracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;

II - Orientar as equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação para a implementação da Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008;

III - Promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistêmica e regular, mobilizando de forma colaborativa atores como os Fóruns de Educação, Instituições de Ensino Superior, NEABs, SECAD/MEC, sociedade civil, movimento negro, entre outros que possuam conhecimento da temática;

IV - Produzir e distribuir regionalmente materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Etnicorraciais;

V - Articular com a UNDIME e a UNCME apoio para a construção participativa de planos municipais de educação que contemplem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e da Lei nº 11.645/2008;

VI - Realizar consultas junto às escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana;

VII - Desenvolver cultura de auto-avaliação das escolas e na gestão dos sistemas de ensino por meio de guias orientadores com base em indicadores socioeconômicos, Etnicorraciais e de gênero produzidos pelo INEP;

VIII - Instituir nas secretarias municipais de educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações etnicorraciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste Plano;

IX

- Participar dos Fóruns de Educação e Diversidade Etnicorracial.”

Buscando colocar em prática o que se configura como uma política de formação e orientação de práticas pedagógicas para os profissionais da Secretaria de Educação, o NUPRER, após várias reuniões e discussões, decidiu adquirir livros que sirvam como fonte teórica para essa formação e aperfeiçoamento e, também, para que desse modo possam atuar em seus ambientes de trabalho com mais segurança na implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Portanto, há a necessidade de a Prefeitura adquirir, de uma ou mais empresas, os títulos dos livros relacionados na planilha abaixo.

2. Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 5, III).

Para atender às demandas da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, será necessário adquirir 94 (noventa e quatro) títulos de livros, com quantidades variadas de cada um deles, listados na planilha a seguir, visando dar suporte teórico aos técnicos da Secretaria de Educação na implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

3. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (art. 5º, X).

Tendo em vista que a lei 14.133 entrou em vigor em 1º de abril do ano corrente e sendo o PCA – Plano de Contratação Anual - uma ferramenta desta lei e que deve ser elaborado no ano anterior da aquisição, não existe o alinhamento deste projeto com o PCA, uma vez que este não foi elaborado em 2023.

Apesar disso, informamos que a despesa com a aquisição dos livros, listados neste ETP, será custeada com o repasse dos recursos financeiros da Emenda Municipal 10648 para fomentar as políticas públicas de diversidade do Departamento de inclusão e Atenção ao Educando - DIAE / SE, que destinou a verba para as ações do NUPRER, para a utilização em formações para a equipe técnica da Secretaria de Educação e profissionais da Rede Municipal de Juiz de Fora. A verba será utilizada para possibilitar o cumprimento dos objetivos elencados para a realização do Núcleo, que se configura como uma política de formação e orientação de práticas pedagógicas.

A verba vinda da emenda 10648, no valor de 25000,00 (vinte e cinco mil reais) será utilizada em dois processos distintos: com o total de 18.160,00 (quinze mil reais) destinados a impressão de cartilha antirracista e, neste processo de aquisição de livros, no valor de 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais), como especificado em documento anexado a este processo administrativo.

Fonte de recursos: 1.5.00.009804

Ação: 132004

Natureza: 4.4.90.52

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 5º, II).

Será necessário adquirir os livros de uma ou mais empresas que tenham os títulos abaixo listados e que atendam a todas as especificações deste ETP.

A(s) empresa(s) que fornecerão os livros listados na planilha a seguir, devem assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, respeitando prazos e local de entrega.

Além disso, todo o material deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal. Também é de responsabilidade das empresas contratadas substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo acordado, os objetos entregues que não atenderem ao descrito no contrato e que tenham avarias ou defeitos.

Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

II – ANÁLISE DE SOLUÇÕES

1. Levantamento de Mercado (art. 5º, IV)

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Público devem ser metas permanentes de qualquer Administração. Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço.

Diante desse objetivo, foi feito um levantamento de mercado com algumas empresas para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender a necessidade da contratação com os respectivos preços estimados.

Cabe informar que na tabela a seguir foram inseridos valores de orçamentos com fornecedores diversos, dentre eles estão portais públicos e empresas privadas. Faz-se necessário deixar registrado que não foram encontrados todos os títulos em todos os fornecedores e nos portais públicos. Assim, vale ainda ressaltar que o preço a ser pago deverá encontrar-se em conformidade com a média no mercado específico, conforme os orçamentos fornecidos por empresas especializadas e anexados nesse processo, das quais obteve-se os seguintes valores por preço unitário:

ITEM	QUANT.	TITULOS	MEDIA	TOTAL
1	2	Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social	R\$ 48,27	R\$ 96,55
2	2	Como racismo criou o Brasil	R\$ 49,25	R\$ 98,51
3	2	Lugar de negro	R\$ 67,44	R\$ 134,88
4	2	Rediscutindo a mestiçagem no Brasil	R\$ 52,08	R\$ 104,15
5	2	Negritude: usos e sentidos	R\$ 47,84	R\$ 95,68
6	2	O negro no Brasil de hoje	R\$ 105,83	R\$ 211,66
7	2	Negritudes: diálogos com o pensamento	R\$ 64,15	R\$ 128,29
8	2	O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação	R\$ 48,33	R\$ 96,67
9	2	Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa	R\$ 50,45	R\$ 100,89
10	2	Caminhos trilhados na luta antirracistas	R\$ 44,53	R\$ 89,06
11	2	O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado	R\$ 60,07	R\$ 120,13
12	2	A deseducação do negro	R\$ 28,66	R\$ 57,31
13	2	Ações afirmativas - Perspectivas de pesquisas: Perspectivas de pesquisas de estudantes	R\$ 43,50	R\$ 87,00
14	2	Olhares negros: raça e representação	R\$ 58,43	R\$ 116,87
15	2	O pacto da branquitude	R\$ 35,95	R\$ 71,90
16	2	O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional	R\$ 49,40	R\$ 98,80
17	2	Uma história feita por mãos negras	R\$ 64,09	R\$ 128,18
18	2	Como ser um educador antirracista: para familiares e professores	R\$ 45,85	R\$ 91,70
19	2	A questão étnico-racial na formação de professores: análise de currículos	R\$ 39,90	R\$ 79,80
20	2	Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e pluralização racial no Brasil	R\$ 30,95	R\$ 61,90
21	2	Memórias da planatção: episódios de racismo cotidiano	R\$ 63,27	R\$ 126,53
22	2	Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica	R\$ 30,15	R\$ 60,30
23	2	Retratos do Brasil negro	R\$ 21,08	R\$ 42,15
24	2	As Almas do povo negro	R\$ 47,11	R\$ 94,22
25	2	Quem quer (pode) ser negro no Brasil?	R\$ 47,73	R\$ 95,47
26	2	Pequeno manual antirracista	R\$ 36,48	R\$ 72,95
27	2	Então você quer conversar sobre raça	R\$ 49,50	R\$ 99,01
28	2	Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade	R\$ 50,07	R\$ 100,15
29	1	De passinho em passinho: um livro para dançar e sonhar	R\$ 43,97	R\$ 43,97
30	1	Caderno sem rimas da Maria	R\$ 33,80	R\$ 33,80
31	1	O pequeno príncipe preto	R\$ 30,16	R\$ 30,16
32	1	Sábado	R\$ 58,16	R\$ 58,16
33	1	A cor de Coraline	R\$ 60,94	R\$ 60,94
34	1	Da minha janela	R\$ 43,08	R\$ 43,08
35	1	Grande circo favela	R\$ 49,69	R\$ 49,69
36	1	Amoras	R\$ 31,35	R\$ 31,35
37	1	E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas	R\$ 39,55	R\$ 39,55
38	1	Bucala: a princesa do quilombo de Cabula	R\$ 39,45	R\$ 39,45



39	1	O mundo no black power de Tayó	RS 54,40	RS 54,40
40	1	Flávia e o bolo de chocolate	RS 63,56	RS 63,56
41	1	O cabelo de Lelé	RS 63,56	RS 63,56
42	1	Meu crespo é de rainha	RS 43,38	RS 43,38
43	1	Amor de cabelo	RS 59,02	RS 59,02
44	1	Amigo do rei	RS 66,21	RS 66,21
45	1	Meninas Negras	RS 29,21	RS 29,21
46	1	Com qual penteado eu vou?	RS 43,51	RS 43,51
47	1	Obax	RS 55,00	RS 55,00
48	1	Princesas Negras	RS 32,29	RS 32,29
49	1	Tá na horta do papa	RS 49,20	RS 49,20
50	1	Não derrame o leite!	RS 51,84	RS 51,84
51	1	Sinto o que sinto: e a incrível história de Asta e Jaser	RS 46,29	RS 46,29
52	1	Escola de chuva	RS 45,27	RS 45,27
53	1	Minha mãe é negra sim!	RS 29,21	RS 29,21
54	1	Letras de carvão	RS 50,42	RS 50,42
55	1	Chuva de manga	RS 52,40	RS 52,40
56	2	A África que você fala	RS 69,47	RS 138,93
57	2	Da cor que eu sou	RS 56,00	RS 112,00
58	2	Pequenas grandes líderes: Mulheres importantes da história negra	RS 59,10	RS 118,20
59	2	O pente penteia	RS 29,50	RS 59,00
60	2	Ei, você!: Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro	RS 53,45	RS 106,90
61	2	Koumba e o Tambor Diambe	RS 29,76	RS 59,52
62	2	Os tesouros de Monifá	RS 52,02	RS 104,04
63	2	Sulwe	RS 72,05	RS 144,11
64	2	Meu primeiro livro dos porquês – O que é racismo?	RS 70,17	RS 140,35
65	2	Antônia e os Cabelos que Carregavam os Segredos do Universo	RS 41,81	RS 83,62
66	2	Nossas cores	RS 55,70	RS 111,40
67	1	O que é interseccionalidade	RS 27,15	RS 27,15
68	1	O Perigo de uma História Única	RS 36,79	RS 36,79
69	1	Hibisco Roxo	RS 60,37	RS 60,37
70	1	O Local da Cultura	RS 65,95	RS 65,95
71	1	Escrevo o que eu quero	RS 148,90	RS 148,90
72	1	O que faz o Brasil, Brasil?	RS 41,17	RS 41,17
73	1	Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior	RS 40,57	RS 40,57
74	1	Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil	RS 35,60	RS 35,60
75	1	Mulheres, raça e classe	RS 56,10	RS 56,10
76	1	Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia	RS 41,00	RS 41,00
77	1	Pureza e perigo	RS 67,98	RS 67,98
78	1	Pele negra, máscaras brancas	RS 58,25	RS 58,25
79	1	Becos da memória	RS 36,76	RS 36,76
80	1	A interpretação das culturas	RS 108,33	RS 108,33
81	1	Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa	RS 65,43	RS 65,43
82	1	O Atlântico Negro: modernidade e dupla, consciência	RS 90,82	RS 90,82
83	1	Racismo e Anti- Racismo no Brasil	RS 63,87	RS 63,87
84	1	Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais	RS 22,54	RS 22,54
85	1	Perspectivas Antropológicas da Mulher	RS 36,76	RS 36,76
86	1	A categoria político-cultural da amefricanidade	RS 71,00	RS 71,00
87	1	Quarto de Despejo: Diário de uma favelada	RS 66,88	RS 66,88
88	1	A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas	RS 55,87	RS 55,87
89	1	Superando o Racismo na escola	RS 47,00	RS 47,00
90	1	A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero	RS 68,99	RS 68,99
91	1	Mulher negra: afetividade e solidão	RS 62,50	RS 62,50
92	1	Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento	RS 25,00	RS 25,00
93	1	Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais	RS 49,54	RS 49,54
94	1	Pode o subalterno falar?	RS 38,40	RS 38,40
		TOTAL	RS 6.793,18	

2. Estimativa do valor da contratação (art. 5º, V)

Na análise das cotações acima, a escolha da metodologia de cálculo para obtenção do preço estimado desempenha um papel de extrema importância. Dentro das diversas opções disponíveis, optou-se pela utilização da média aritmética simples como método de centralização das informações. A média aritmética simples é uma abordagem estatística amplamente reconhecida e utilizada em contextos mercadológicos,

especialmente quando se trata de agregar diferentes valores para calcular um valor representativo.

A justificativa para a escolha da média aritmética simples como metodologia para a definição do preço estimado baseou-se em:



- a) Simplicidade e Clareza: a média aritmética simples é fácil de entender e calcular, tornando o processo transparente para os envolvidos na análise de cotações. Sua simplicidade contribui para a comunicação efetiva das informações relacionadas ao preço estimado;
- b) Sensibilidade às Mudanças: a média aritmética simples é sensível a variações nos dados, o que significa que reflete imediatamente alterações nos preços. Isso é crucial em ambientes dinâmicos, permitindo uma resposta rápida a mudanças nas condições de mercado;
- c) Equidade na Representação: a média aritmética simples atribui igual peso a todas as cotações recebidas, garantindo uma representação equitativa dos diferentes valores. Isso é, particularmente, relevante quando as cotações têm origens diversas e variam em magnitude;
- d) Consistência com Convenções do Mercado: em muitos contextos mercadológicos, a média aritmética simples é a metodologia padrão para calcular preços médios. Sua utilização está alinhada com práticas comuns do setor, facilitando comparações e interpretações.

De acordo com o exposto nos documentos, a aquisição dos livros deverá acontecer com a empresa que oferecer o menor preço para cada título individualmente, apresentando vantajosidade para Administração Pública, atentando-se ao valor de mercado conforme os orçamentos anexados nesse processo e de acordo com a Nova Lei de Licitações 14133/2021.

3. Escolha da solução (consequência dos incisos VIII e XI, do art. 5º)

A única possibilidade viável neste momento para atender a necessidade da Secretaria de Educação de Juiz de Fora é a aquisição dos livros, de acordo com os títulos aqui listados, de uma ou mais empresas que ofereçam o menor preço de cada título individualmente, a partir de uma licitação por Pregão Eletrônico de acordo com a 14.133/21.

III – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1. Descrição da solução como um todo (art. 5º. VI)

A aquisição de livros enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, por possuir padrão de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico e julgamento por Menor Preço por item.

Encerrada as fases competitivas do procedimento licitatório, após o julgamento e a habilitação, e estando o vencedor ou vencedores do certame em plenas condições de se tornarem contratantes junto à Prefeitura de Juiz de Fora, não havendo irregularidades a serem corrigidas ou irregularidades insanáveis no procedimento, e, também, depois de serem exauridos os recursos administrativos cabíveis, será realizada a adjudicação do item e a homologação.

A aquisição será custeada com o repasse da Emenda Municipal 10648. O recurso será utilizado exclusivamente no cumprimento do objeto pactuado e pagamento das despesas previstas nos Termos de Compromisso aqui listados, devendo a movimentação realizar-se, restritivamente, por meio eletrônico, no qual seja devidamente identificada a titularidade das contas correntes de fornecedores ou beneficiários dos pagamentos realizados pelo município, sendo proibida a utilização de cheques, conforme dispõe o Decreto nº 7.507/2011.

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação – (art. 5º. VII)

Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme art. 40, inciso V, alínea b, da NLL 14.133/21, e adotando-se os critérios objetivos descritos em seu §2º; conforme descrito abaixo:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...) V - atendimento aos princípios: a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho; b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. (...) § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Com base nestes princípios e observando a necessidade em adquirir os títulos aqui relacionados com menor preço, os itens poderão ser licitados separadamente, podendo ser adjudicados para empresas diferentes de acordo com a melhor proposta.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 5. IX)

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

4. Resultados pretendidos (art. 5º, XI)

A Secretaria de Educação espera receber todos livros listados acima em perfeitas condições. Também espera que as contratadas entreguem o material na data acordada, sendo, no máximo, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato. Além disso, a SE visa que as empresas contratadas observem fielmente todas as especificações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis / AGU e contemplem os requisitos de sustentabilidade exigidos.

5. Providências a serem adotadas (art. 5º, XII)

A Secretaria de Educação, através do NUPRER, ficará responsável por comunicar aos técnicos que utilizarão os livros sobre o destino final dos mesmos, evitando que haja extravio ou mau uso do material por parte dos servidores da entidade ou órgão público, cumprindo requisitos de sustentabilidade e minimizando os impactos ambientais.

A SE deve orientar os profissionais de seus setores internos para que, após o recebimento dos livros, eles sejam catalogados e acrescentados ao acervo do NUPRER, na SE, para consultas futuras.

A SE também deve orientar que, se em algum momento, o material perder a utilidade, ficar obsoleto ou não for possível de ser utilizado, ele deverá ser encaminhado para reciclagem, minimizando os impactos ambientais.

6. Possíveis impactos ambientais (art. 5º, XIII)

É fato que o uso do papel e da impressão provocam impactos ambientais já mensurados por pesquisadores e divulgados em órgãos reconhecidos da sociedade. Entretanto, também sabemos que o livro, a revista e a cartilha, dentre outros, ainda guardam a característica de alcançar espaços e pessoas que nem sempre a tecnologia consegue atingir. Além disso, acrescentamos que o ciclo de vida de um material impresso pode ter sua vida útil ampliada, já que há a possibilidade de ficar exposto, e ser consultado por diversas pessoas que frequentam e trabalham na SE.

Outro fator relevante é que o material aqui descrito será utilizado como base para discussão, formação e informação em momentos e ambientes diversos. Portanto, nem sempre seria possível ser acessado em ambientes virtuais caso ele fosse disponibilizado apenas virtualmente.

Destacamos que o ciclo de vida do livro foi levado em consideração seguindo as orientações e critérios de sustentabilidade disponíveis no Catálogo de Materiais Sustentáveis do Governo Federal, o CATMAT e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis / AGU. Desse modo, a Secretaria de Educação de Juiz de Fora se responsabiliza em utilizar e reutilizar de forma adequada o material impresso. Os livros serão catalogados e acrescentados ao acervo do NUPRER na SE para possíveis consultas e para ser utilizado em pesquisas futuras. Se em algum momento o material perder a utilidade, ficar obsoleto ou não for possível de ser utilizado, ele deverá ser encaminhado para reciclagem, minimizando os impactos ambientais.

Busca-se, assim, que a Administração Pública cumpra as exigências da Lei Federal no 1205/10 que traz em seu Art. 9º a orientação sobre a ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

IV – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

(art. 5º XIV)

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita nos itens anteriores, a partir da necessidade da Secretaria de Educação em adquirir livros com a verba a ela direcionada, mostra-se tecnicamente viável e fundamentadamente necessária.

Do acima exposto, o interesse em adquirir os livros, de acordo com o menor preço, de uma ou mais empresas, na modalidade Pregão Eletrônico é decisão discricionária da Secretaria de Educação e está de acordo com a Nova Lei de Licitação.

Inobstante, após optar pela contratação dos licitantes vencedores, a contratação só se dará ante a criteriosa análise da Comissão de Licitações e Procuradoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o procedimento. Em relação aos preços, os mesmos devem estar compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, de acordo com a Nova Lei de Licitações 14133/2021.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9167-6787-A0B0-D0A9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ NADIA DE OLIVEIRA RIBAS (CPF 810.XXX.XXX-87) em 04/12/2024 16:46:53 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/9167-6787-A0B0-D0A9>